Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

# DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 2791/2017

| | |
|---|---|
| **PROCESSO TC/MS** | : TC/13392/2015 |
| **PROTOCOLO** | : 1618986 |
| **ÓRGÃO** | : PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE - MS |
| **RESPONSÁVEL** | : WILSON DO PRADO |
| **CARGO DO RESPONSÁVEL** | : SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO |
| **ASSUNTO DO PROCESSO** | : CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA |
| **INTERESSADA** | : ENI MARTINS DE SOUZA AMORIM |
| **RELATOR** | : CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO |

**CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. LEGALIDADE E REGULARIDADE. REGISTRO. INTEMPESTIVIDADE NA REMESSA DOS DOCUMENTOS. RECOMENDAÇÃO.**

## DO RELATÓRIO

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme dispõe o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, da concessão da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais, à servidora Eni Martins de Souza Amorim, ocupante do cargo de Assistente Administrativo II, matrícula n. 92789/03, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Grande – MS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde Pública, constando como responsável o Sr. Wilson do Prado, secretário municipal de administração à época.

A Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal (ICEAP), por meio da Análise ANA-ICEAP-27253/2016, manifestou-se pelo registro da presente aposentadoria, ressalvada a intempestividade da remessa de documentos a este Tribunal.

O Ministério Público de Contas emitiu o Parecer PAR-4ªPRC-2350/2017, opinando favoravelmente pelo registro do ato de concessão em apreço.

## DA DECISÃO

A documentação relativa à concessão em exame apresentou-se completa, e sua remessa a este Tribunal, conforme definido Anexo I, Capítulo II, Seção II, item 1.5, da Instrução Normativa TC/MS n. 38, de

28.11.2012. . Entretanto, foi encaminhada intempestivamente a este Tribunal de Contas.

A aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais, ora apreciada, foi concedida por meio do Decreto "PE" n. 2.110, publicado no Diogrande n. 4.312 de 9.7.2015, pág. 64, peça virtual n. 1, fundamentado no art. 7º da Emenda Constitucional n. 41, de 19.12.2003, art. 3º da Emenda Constitucional n. 47, de 5.7.2005, e arts. 66 e 67 da Lei Complementar n. 191, de 22.12.2011.

Analisadas as peças que instruem os autos, concluo que a concessão da presente aposentadoria voluntária atendeu os ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Pelo exposto, acolho o entendimento da unidade técnica da ICEAP e o parecer ministerial, e com fulcro no art. 4º, III, "a", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013, **DECIDO**:

1. pelo **registro** da concessão da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais, à servidora Eni Martins de Souza Amorim, ocupante do cargo de Assistente Administrativo II, matrícula n. 92789/03, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Grande – MS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde Pública, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, II, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 10, I, e o art. 173, I, "b", ambos do RITC/MS;
2. pela **recomendação** ao atual responsável pelo órgão para que observe, com maior rigor, os prazos para a remessa de documentos obrigatórios a esta Corte de Contas;
3. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande, 5 de abril de 2017.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**
**Relator**

lmrb